

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.768.870 - PR (2020/0256489-0)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ**  
**ADVOGADOS : CARLOS EDUARDO O'REILLY CABRAL POSADA - PR041927**  
**BARBARA FERREIRA DAVET - PR051683**  
**AGRAVADO : COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PARANÁ - CELEPAR**  
**OUTRO NOME : CELEPAR - COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNI- CAÇÃO DO PARANÁ**  
**ADVOGADOS : RAQUEL CRISTINA BALDO FAGUNDES - PR019532**  
**GLADYS LUCIENNE DE SOUZA CORTEZ - PR019514**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo apresentado pelo CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, assim resumido:

TRIBUTÁRIO. APELAÇÃO EM EMBARGOS À EXECUÇÃO. MULTA ADMINISTRATIVA. CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA - CREA. SALÁRIO-BASE. PISO SALARIAL DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS. SALÁRIO MÍNIMO. VINCULAÇÃO. INVIABILIDADE. SÚMULA VINCULANTE 4 DO STF.

A parte recorrente alega violação do art. 5º da Lei n. 4.950-A/1966, no que concerne à possibilidade de vinculação do salário-mínimo profissional dos diplomados em Engenharia ao salário-mínimo nacional, uma vez que não se trata de correção automática do salário profissional pelo reajuste do salário-mínimo nacional, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

A vedação expressa no artigo 7º, IV, da CF/1988, diz respeito à fixação de correção automática do salário pelo reajuste do salário mínimo, não sendo esta a hipótese, já que a Lei 4.950-A/1966 apenas estabelece o salário-base mínimo dos profissionais diplomados em Engenharia, Química, Agronomia e Veterinária, nada dispondo acerca da correção dos referidos salários (fl. 431).

Assim, restam totalmente compatíveis com o ordenamento jurídico vigente as alegações do Recorrente no sentido de que o Salário-Mínimo Profissional foi instituído pela Lei nº 4950-A/66, de 22 de abril de 1966, e equivale a seis salários-mínimos vigentes para seis horas de trabalho e a oito salários mínimos e meio para oito horas trabalhadas (fl. 432).

No presente caso, a Recorrida foi autuada porque, em seu quadro técnico, foi constatado que um de seus empregados estava recebendo valor menor que o previsto a título de Salário Mínimo Profissional (fl. 432).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Quanto à controvérsia recursal, na espécie, é incabível o recurso especial pois interposto contra acórdão com fundamento eminentemente constitucional.

Nesse sentido: “Possuindo o julgado fundamento exclusivamente constitucional, descabida se revela a revisão do acórdão pela via do recurso especial, sob pena de usurpação de competência”. (AgRg no AREsp 1.532.282/MG, relator Ministro Sebastião Reis Júnior, Sexta Turma, DJe de 19/6/2020.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no REsp 1.302.307/TO, relatora Ministra Eliana Calmon, Primeira Seção, DJe de 13/5/2013; REsp 1.110.552/CE, relator Ministro Cesar Asfor Rocha, Primeira Seção, DJe de 15/2/2012; AgInt no REsp 1.830.547/DF, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 3/8/2020; AgInt no AREsp 1.488.516/SP, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe de 1º/7/2020; AgInt no AgInt no AREsp 1.484.304/SP, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 25/6/2020; AgInt no AREsp 1.519.322/RS, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, DJe de 30/10/2019; AgInt no AREsp 1.358.090/SE, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 3/6/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente